

PONTE AO MUNDO: INSERÇÕES ESPACIAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA¹

BRIDGE TO THE WORLD: INSERTIONS OF THE PERSON WITH DISABILITIES

PUENTE CON EL MUNDO: ESPACIO INSERTA PERSONA CON DISCAPACIDAD

Eguimar Felício Chaveiro²
eguimar@hotmail.com

Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos³
fadel@ensp.fiocruz

RESUMO: Um conjunto de pesquisas e estudos mirando a relação entre as Pessoas Com Deficiência e o trabalho tem revelado que o trabalho-emprego, embora circunscrito numa sociedade economicista e produtivista, é para o sujeito com deficiência uma ponte ao mundo. Pessoas com deficiência visual, auditiva e motora, por exemplo, ao experimentarem o trabalho criam condições para desenvolver outras potências orgânicas, de saúde, simbólicas e sociais. Daí, a importância de se pensar o trabalho no plano dos direitos e da práxis total da existência. Ao problematizar - como o trabalho, mesmo em conduta de alienação, pode significar uma conquista libertadora na inserção espacial da Pessoa Com Deficiência no mundo atual? – compreendeu-se que a espacialidade contemporânea é atravessada de preconceitos, separações, humilhações. A partir do pressuposto de que a visão biomédica da Pessoa Com Deficiência enclausura e brutaliza o sentido de trabalho como componente de inserção espacial, propôs superar essa visão por meio de uma concepção abrangente da vida e do trabalho esmerado na ideia de que a participação é uma forma de construir saúde.

PALAVRAS CHAVE: Pessoa Com Deficiência; trabalho; direito; espaço e saúde

ABSTRACT: A set of research and studies targeting the relationship between the Persons With Disabilities and the work has revealed that work-employment, although a limited economic and productivist society, is subject to the disabled a bridge to the world. People with visual, hearing and motor disabilities, for example, when experience the work, use to create conditions to develop other organic powers, health, social and symbolic. Thus, it is noticed the importance of thinking about the work in terms of rights and full practice of existence. Discussing - how the work, even in the conduct of alienation, can mean a liberating achievement in space insertion of Person With Disabilities in the world nowadays? It was understood that contemporary spatiality is crossed prejudices, separations, humiliations. From the assumption that the biomedical view of Person With Disabilities oppresses and brutalises the meaning of work as a space insert component. In this study were proposed to overcome

¹ Este é oriundo do Projeto de Pesquisa de Pós-doutoramento financiado pela FAPEG/GO e realizado na Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

² Professor Doutor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Pós-Doutorando na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ. Pós-Doutorando na ENSP/FIOCRUZ.

³ Professor Doutor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), Rio de Janeiro.

this vision through a comprehensive view of life and painstaking work on the idea that participation is a way to build health.

KEYWORDS: Person With Disabilities; work; law; space and health

RESUMEN: Un conjunto de investigaciones y estudios dirigidos a la relación entre las personas con discapacidad y el trabajo ha puesto de manifiesto que el trabajo-empleo, a pesar de una sociedad economicista y productivista limitada, puede ser un puente con el mundo. Las personas con deficiencias visuales, auditivas y el motor, por ejemplo, cuando experimentan el trabajo crean condiciones para el desarrollo de otros poderes orgánicos, de salud, sociales y simbólicos. Por lo tanto, la importancia de pensar en el trabajo en términos de derechos y práctica completa de la existencia. Para esta discusión - como el trabajo, incluso en la conducción de la alienación, puede significar un logro liberador de espacio de inserción de la persona con discapacidad en el mundo de hoy? Se entendía que la espacialidad contemporánea es atravesado los prejuicios, las separaciones, las humillaciones. A partir de la suposición de que el punto de vista biomédico de la persona con discapacidad oprime y embrutece el sentido del trabajo como un componente espacial de inserción, propuesta para superar esta visión a través de una visión integral de la vida y el trabajo minucioso en la idea de que la participación es una manera de construir la salud.

PALABRAS CLAVE: Persona con discapacidad; trabajo; derecho; espacio y salud.

INTRODUÇÃO

As reivindicações das Pessoas Com Deficiência estão inseridas nos movimentos, mobilizações e lutas atuais por direitos. Como sujeito coletivo de direitos esse grupo social luta no sentido de ter a possibilidade de gerar percursos de vida, trajetórias de lazer, formação, locomoção, relações afetivas, participativas e de respeitabilidade neste atual estatuto do mundo. A sua luta se converte também para exaurir forças, comportamentos e representações que os retiram do plano essencial: o mundo do trabalho.

Ao contrário: ao tomar a vida como preceito colaborativo, associativo, fraternal e criativo, as Pessoas Com Deficiência se juntam a outros grupos para edificar conquistas sociais que, geralmente, opõem-se a uma concepção baseada num regime normalizador e redutor da vida. Regime que tende a transformar a “deficiência” em sinônimo de lesão corporal – e esta alavanca redutora de ações e de valor.

Ao defenderem transformações sociais estruturais – e também pontuais – as Pessoas Com Deficiência, como outros grupos, entram numa seara de conflitos. A sua vida se situa numa sociedade cujo escopo se caracteriza pela eficiência produtiva, pela capacidade de gerar lucro, pelo estrategismo de mercado, pela doação do corpo e da vida a uma maquinaria social que tende a minimizar a importância dos lastros colaborativos e fraternais.

Observa-se, assim, que o predicativo “deficiência” é antinomia do predicativo hegemônico “eficiência”. Dentre as características centrais da sociedade vigente, certamente uma das mais cruciais, é o modo como se trata o trabalho humano.

Fora do jogo redutor entre “eficiência/deficiência”, o trabalho pode ser visto e considerado como uma das faculdades humanizadoras; potência aberta com o qual se ergue mundos, constrói autonomia diante dos vaticínios da natureza; possibilidade para sanear as necessidades básicas e atributo decisivo para gerar criações espirituais demonstrativas da proeza da força coletiva.

Contudo, na condição redutora do regime “eficiente” e produtivista implantado pela sociedade burguesa, contrário ao espectro da criação e da libertação, o trabalho torna-se terror, fonte de medo, recurso de humilhação, de subordinação, golpe sobre o corpo e sobre a vida. De potência humanizadora torna-se fonte de alienação, sofrimento e, mesmo, de morte do sujeito social.

No cerne do conflito do trabalho alienado, contudo, situando-se de maneira particular, a Pessoa Com Deficiência, inapelavelmente, adere ao mundo do trabalho, ora sofrendo a representação de sujeito incapaz, ora acenando-o como bandeira possível para ultrapassar um olhar negativado do seu lugar no mundo.

No presente artigo, cursando a teia desse conflito, tratar-se-á de averiguar o trabalho como ponte da Pessoa Com Deficiência ao mundo. Pretende mostrar não apenas o conflito, mas as dimensões singulares e ao mesmo tempo universais da relação desse sujeito com o mundo do trabalho. O vocábulo “ponte” advém de uma série de informações adquiridas em pesquisas feitas direcionadas ao tema: muitos sujeitos narraram o teor significativo ao saírem de suas casas – e da redoma marcada como um “sujeito ineficiente” – para o trabalho-emprego. Essa saída, quase sempre, é um reencontro consigo, com os sonhos, com o entusiasmo de viver, com a vontade de relacionar e tecer a vida arriscando-se, enfrentando e produzindo novos projetos. O trabalho é, dessa feita, uma ponte intensiva: ele conduz o sujeito a uma abertura de potência.

Para compor o arcabouço das reflexões, o texto caminhará, inicialmente, para interpretar o modo pelo qual o trabalho se ajusta na produção e na organização do espaço. Neste quesito far-se-á uma interlocução com a densa produção do grupo denominado “Geografia do Trabalho”. Posteriormente, tratar-se-á de palmilhar a morfologia conflitiva do trabalho contemporâneo para, em seguida, adentrar o mundo rico e aberto da relação da Pessoa Com Deficiência com o trabalho contemporâneo, incluindo a noção de direito.

O caminho da reflexão será motivado pela problematização: como o trabalho, mesmo em conduta de alienação, pode significar uma conquista libertadora na inserção espacial da Pessoa Com Deficiência no mundo atual?

A base teórica do texto será inspirada no pressuposto: a visão biomédica da Pessoa Com Deficiência enclausura e brutaliza o sentido de trabalho como componente de inserção espacial. Diante disso, cabe superar essa visão a partir de uma concepção abrangente da vida e do trabalho esmerado noutra compreensão em que a autonomia é peça organizativa fundada na participação.

A participação lança o sujeito na totalidade da vida. Não se trata de colocar em curso histórico, social, cultural e afetivo apenas uma dimensão do corpo e da subjetividade no roteiro dos acontecimentos que vão além da pessoa, mas dos grupos. Por isso, a deficiência não se situa apenas no funcionamento dos órgãos do corpo. A verdadeira deficiência é a obliteração do processo de criação – e de ação. Quem cria – e todos podem criar – produz mundos com suas faculdades orgânicas e subjetivas.

Isso quer dizer: restaurar a vontade de participar e dispor do trabalho como fonte de participação social são atributos da Pessoa Com Deficiência na sua luta por conquistas. Além de enfrentar os problemas da alienação do trabalho, poderá ser sujeito de transformações sociais mais abrangentes, realizando a vida com dignidade e com motivação.

GEOGRAFIA E TRABALHO: UMA PROPOSTA DE LEITURA DO SUJEITO E DO ESPAÇO

As pesquisas desenvolvidas em torno do tema tais como “Ponte ao Mundo: trabalho e inserções espaciais das pessoas com deficiência em Goiânia-Go” – Universal-CNPQ; “Realização de uma amostragem censitária de Pessoas Com Deficiência nas microrregiões de Goiânia” – Universal-FAPEG; e o que decorre este texto “PONTE AO MUNDO: trabalho e inserção territorial de Pessoas com Deficiência em Goiânia-Go”, nos permitiu descobrir que o trabalho é uma das reivindicações ontológicas das Pessoas Com Deficiência, por isso, princípio potencializador do exercício da liberdade. E de sua inserção ativa em setores sociais, mirando condições dignas da vida em todas suas dimensões. A luta cotidiana das Pessoas Com Deficiência pela inclusão no trabalho configura-se como mecanismo de comunicação com a sociedade e com o mundo. Pelo trabalho é possível obter oportunidades para se confrontar com o novo e para intensificar habilidades produtivas – e relacionais.

Engels (2004, p. 11), um clássico da interpretação do trabalho na sociedade moderna, analisa a sua dimensão universal. Para o autor, o trabalho “[...] é condição básica e

fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” Mediante o trabalho é que o ser social se constituiu. O trabalho está, portanto, no centro do movimento de humanização do homem. Por meio dele foi possível suplantando a esfera da determinação da natureza. Isso significou realizar o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade. Pode-se sintetizar: na origem – e ontologicamente – o trabalho é fonte de libertação

Por meio do trabalho o ser humano inventa, mexe, transforma, interfere e se exterioriza criando sentido para a vida em sociedade. Materializado, o resultado desse processo adquire forma, cor, movimento e significado, produzindo também a cultura. É o trabalho o grande diferenciador entre o ser humano e outras formas de vida dentro da natureza. “O fator distintivo determinante é o trabalho; o que torna o homem uma forma de vida *sui generis* é a capacidade de produzir” (SANTOS, 2008, p. 95).

Antunes (2008, p. 3), um pesquisador que tem, na mira, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, especialmente a partir de 1980, afirma que “na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital.”

Assim, o trabalho define a essência humana, que pode ser descoberta na existência social e histórica. “O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais” (ANTUNES, 2009, p. 136). Na busca pela produção e reprodução da existência por meio do trabalho, o ser humano recria constantemente as próprias condições do espaço onde vive e se (re)organiza socialmente.

Thomaz Júnior (2009), pontua que o trabalho, em todas as suas dimensões, é a base do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual. No processo de auto-realização da humanidade, de desenvolvimento do ser consciente, na relação sociometabólica com a natureza, o trabalho é o referencial ontológico da *práxis* social.

A produção do espaço social só se realiza por meio da ação humana em sociedade, e toda ação humana é trabalho. Com efeito, Santos (2008, p. 96) enfatiza:

Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço.

É também por intermédio do trabalho que os homens e mulheres se lançam ao mundo para transformá-lo. E se isso é possível, contrapondo à alienação, a dimensão libertadora do

trabalho ocupa papel central para se pensar uma sociedade justa e igualitária, em que as coletividades, os grupos sociais, incluindo as Pessoas Com Deficiência, podem exercer seus direitos e reivindicações dignamente.

Ao refletir o trabalho num espectro totalizante da vida social e no campo da existência pode-se dizer que, por meio do lugar do sujeito no mundo do trabalho, opera-se a sua condição na luta de classes. Contudo, o campo abrangente da existência envolvendo dimensões da cultura, da subjetividade, da história de vida, da corporeidade, do gênero, da raça-etnia, das representações e dos imaginários agregam e interseccionam outras categorias.

As palavras de um deficiente visual ajudam a compor essa compreensão:

“Eu nasci cego, sou cego congênito. É difícil saber o que é não ser cego, pois eu não vivi isso. A primeira coisa é que na fase de criança não podemos fazer o que as outras crianças fazem, a gente sente isso, isso dói muito. Depois, a gente fica com medo de ficar muito preso, mas a cegueira é de certa maneira uma prisão mesmo, a gente vai levando. Tudo gira em torno disso em minha vida: eu sou uma pessoa que não enxerga, então pros outros eu não sou normal, as pessoas precisam de saber que eu tenho limite, muitos limites, não posso mentir, isso é verdadeiro, mas com luta, com ajuda, o cego precisa de ajuda, ele aprende isso, a gente vai abrindo os horizontes. Você já pensou nisso: o começo de tudo é isso mesmo, sou uma pessoa cega que precisa de ajuda o tempo inteiro...”

Conforme o que está narrado, a deficiência visual marca, de fato, a condição de um sujeito. E esse componente existencial - a deficiência visual - se agrega à outras esferas da vida social como a luta de classes, as condições econômicas, as dimensões singulares. Convém compreender que a dinâmica do trabalho no interior de uma sociedade burguesa, não se desfaz, nem altera as suas características em função de categorias, situações e eventos das esferas existenciais. Contudo, as esferas existenciais, no seu continente infinito de cruzamento, possibilidades e percursos agem na atividade laborial como signos diferenciam o sujeito naquela dinâmica.

Com base na centralidade do trabalho pela leitura geográfica é possível entender o processo de (re)ordenamento do espaço e da ação humana. E com base nas esferas sociais e simbólicas dos percursos existenciais, é possível ver a dimensão concreta do lugar de um sujeito ou de um grupo de sujeito no espaço.

Esse procedimento enuncia caminhos para se pensar a produção dos territórios existenciais, as lógicas que tecem as ações de vida, a dimensão existencial do espaço e a dimensão espacial da vida. Permite aglutinar o entendimento dos conflitos sociais na esfera do modo de produção, nas lutas de classe, na divisão social do trabalho. Por isso, a análise dos territórios a partir do trabalho, ajuda a compreender a complexidade do espaço social, e nele identificar os diferentes sujeitos e suas lutas.

Ao analisar o trabalho no século XIX, Marx (2010) percebe que a sociedade capitalista tende a transformá-lo em mercadoria, vendida como qualquer outra no mercado. Mercadoria consumida e explorada pela classe capitalista sem nenhum pudor. Marx (2010), ainda demonstra que a marca da sociedade capitalista é a divisão social do trabalho e a apropriação dos resultados por outro que não seja o trabalhador.

Impõe-se, então, o trabalho estranhado. Instala-se, ao mesmo tempo, a separação entre o pensar e o executar. Perde-se a noção dos processos. Além disso, a apropriação dos resultados do trabalho por um desconhecido implementa a alienação do trabalhador. Diante do controle impetrado pelo capital, o trabalho se transforma na própria prisão do ser humano, submetido a condições de exploração sem limites. Ao penetrar as raias da psicodinâmica do trabalho e o seu sentido ontológico, especialmente em se tratando da Pessoa Com Deficiência, esse esquema não desaparece, mas ganha outros estatutos. Vejamos como um sujeito portador de deficiência narra essa condição:

“A melhor coisa que me aconteceu foi poder trabalhar. Eu senti um alívio, foi uma liberdade, sabe? Eu estava muito triste, ficava quieto, sem ter o que fazer, era muito ruim, ouvia rádio, ouvia um programa, outro programa, mexia uma coisa ali e aqui, sonhava em trabalhar. Quando eu comecei a trabalhar fiquei outra pessoa, eu nasci de novo. Vou te falar a verdade, eu acho que estava com depressão. Eu senti bem demais, pude ajudar a minha família, cego dá conta de trabalhar, cego não é imprestável, não”.

Numa ideologia do trabalho eficiente, aquele que não trabalha tende a julgar-se imprestável. Os critérios da eficiência, por outro lado, colocam as potências criadoras, cooperadoras e produtivas do corpo em situações competitivas. Mas, mesmo nesta situação social, o desempregado, ou aquele que recebe uma representação que o limita a participar do trabalho-emprego, como é o caso de Pessoas Com Deficiência, tem o trabalho como alavanca libertadora, mecanismo para reconhecer-se no mundo e para acessar espacialmente o que os demais acessam.

O campo material do trabalho, como a jornada, os saberes empregados no ofício, os movimentos do corpo, o ritmo da produtividade, a ligação com os equipamentos, ferramentas, forças produtivas, o salário, as relações patronais, a organização sindical e outras, não se tornam mais importantes que a significação. Não à toa que os desempregados tendem a imputarem a si mesmo a desonra do desemprego; o fracasso de não poder ajudar a família, de não custear a si próprio.

Como significação e produtor de sentido o trabalho torna-se atributo da consciência e daí da estima, das motivações pessoais, do encorajamento para enfrentar problemas de ordem

familiar. Por isso, o desemprego estrutural torna-se fonte de terror subjetivo, ameaça à integridade e à estima dos sujeitos desse período. Como gerar significações participativas a partir do trabalho se, estruturalmente, a sociedade capitalista contemporânea aumenta as cifras do desemprego?

Estas considerações lançam luz para as transformações no mundo do trabalho em marcha nas últimas décadas do século XX e no limiar do século XXI. Segundo Mendonça (2004), indubitavelmente, os efeitos das mudanças vivenciadas pelo capitalismo nas últimas décadas atingem profundamente os direitos dos trabalhadores e as organizações sindicais, intensificando a necessidade de novas conquistas sociais e jurídicas. Por conseguinte, ao trazer para o debate a inserção das Pessoas Com Deficiência na sociedade do trabalho, não se pode perder de vista o exercício dos direitos trabalhistas, em condições de igualdade com os demais trabalhadores.

Essa via – o trabalho como direito humano e como conquista – implica enfrentar as contradições sistêmicas da sociedade burguesa. O repertório da chamada quarta revolução industrial com o aporte da nanotecnologia, da microeletrônica; a agricultura de precisão; a fábrica organizada em rede; o sistema de dispersão e fragmentação produtiva; o uso indiscriminado de agrotóxicos e das sementes suicidas; a posse da criatividade e da imaginação no processo produtivo; a disseminação da agrobiodiversidade criada pela engenharia genética – e outras variáveis que estão implicadas na reordenação do trabalho, delineiam o espectro real com a qual a concepção do trabalho enquanto direito deve enfrentar.

Convém sublinhar ainda: abordar as metamorfoses no campo das relações de trabalho e produção contemporâneas é uma tarefa que envolve a contextualização da nova conjuntura econômica, técnica e tecnológica, política, cultural e social, munidas pelas forças regidas pelo modelo capitalista predatório, que aciona uma verdadeira ofensiva sobre o trabalho.

Perceber ainda as fraturas que estão postas no tecido social do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2009), diante da reestruturação produtiva, precarização no campo e na cidade, mundialização da mais-valia, assim como as diferentes formas de explicitação do ser social que trabalha (como assalariado, autônomo, terceirizado, domiciliar, informal, precarizado e cooperado), nas suas nuances existenciais, requer uma atenção a situações conflitantes. Entre essas encontram-se presentes o crescimento do mercado informal; a duplicação da jornada de trabalho; a participação efetiva da mulher; o processo de terceirização; o trabalho escravo; as doenças do trabalho; a precarização do trabalho desenvolvido por imigrantes no mundo capitalista rico.

Esse painel dimensiona a complexidade do tema e parece impelir qualquer interpretação a uma abertura de diálogo entre vários campos de conhecimento. O diálogo entre sociologia do trabalho, geografia do trabalho, medicina do trabalho, psicodinâmica do trabalho pode se fortalecer, ainda, com leituras filosóficas do trabalho e, especialmente, com as lutas dos trabalhadores nas suas diferentes modalidades, estilos, arquiteturas.

Com efeito, é nesta conjuntura de transformações globais do trabalho que as Pessoas Com Deficiência estão também inseridas, lutando por direitos, emprego e oportunidades de exercer seus potenciais produtivos. Ainda, como outros, enfrentam os dramas cotidianos da criminalização, desemprego, acesso precário à educação, saúde, transporte público e lazer.

Por conseguinte, com base na *Geografia do Trabalho* e seus referenciais teóricos e metodológicos, pode-se compreender o mundo do trabalho mirando a dimensão espacial e territorial. Nesta perspectiva, os distintos sujeitos e os espaços onde vivem e trabalham – entre eles as Pessoas Com Deficiência, seja no serviço público ou privado, são expressões concretas da consecução da vida humana neste tempo: “Uma alegria é cedo pegar a minha bengala, passar o perfume, ajeitar a roupa, abrir a porta e tocar pra frente”.

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: A MORFOLOGIA DA DISPUTA

No esforço de caracterizar o atual momento – e fazê-lo de maneira totalizante – muitos autores consideram: o mundo dos fluxos rápidos, a reorganização das fronteiras geopolíticas, a força de novos tipos de redes, a rapidez com o que capital insere-se nos vários lugares e, especialmente, a determinação dos capitais voláteis criam um mundo instável, cheio de riscos. Decorre desse contexto um impacto na morfologia do trabalho, assim como as disputas pelo emprego e pela sobrevivência. Essas considerações vertidas à relação da Pessoa Com Deficiência e o trabalho, poderiam nos fazer perguntar: como é a situação da Pessoa Com Deficiência diante da nova morfologia do trabalho?

Haveremos de situar esta morfologia...

Pode-se elencar várias mudanças no mundo do trabalho, a saber: as modalidades de trabalhos imateriais; as relações com as novas tecnologias; a fragmentação, diversificação e informalização; o debate em torno do trabalho e sua relação com a saúde e o ambiente; o modo pelo qual altera-se a ontologia das classes sociais; as configurações da divisão social do trabalho com categorias e bandeiras como etnia-raça, gênero, identidades; a precarização e a segregação socioespacial; a subutilização e a escravização feita com novas roupagens.

Ao tratar o assunto num viés mais abrangente, poder-se-ia delinear: o reordenamento produtivo do capital ecoa na morfologia do trabalho, repõe os conflitos e alarga a análise uma

vez que enxerga-se um processo complexo, incluindo os novos setores produtivos, como a fábrica corporativa e dispersa, a unificação estratégica das grandes corporações e o seu vínculo com o território e com o Estado. As mudanças morfológicas do trabalho, a extensão do processo de precarização, as novas forças produtivas reordenam a relação entre tempo e trabalho; subjetividade e processo produtivo; corporeidade e ambiente de trabalho. Isso repercute na ação de trabalho, em geral, e de maneira específica, no segmento de Pessoas Com Deficiência. Uma das repercussões é a exigência de formação intelectual, o que no segmento da PCD é um problema estrutural; a outra diz respeito aos parâmetros da pressa, ou seja, ao requisito produtivo não a partir da qualidade dos produtos gerados, mas da quantidade. Dialeticamente, também pode facilitar alguns vínculos, por exemplo, os que, com tecnologias assistidas, encontram possibilidades de trabalhar em casa, ou em regime de cooperação via redes.

Há que considerar que se o trabalho se estende numa variada morfologia, a categoria Pessoas Com Deficiência, assim como a sigla “povos indígenas”, abarca configurações, tipos, condições e estruturas profundamente diferenciadas. Essas diferenças não são vistas apenas as listadas em leis mediante a classificação geral, como Deficiência motora, auditiva, mental, visual, mas no grau etário; nas condições sociais; formação intelectual; experiências pessoais.

As novas estratégias produtivas do mundo atual repercutem, além das especificidades dos trabalhadores, dos grupos étnicos e das PCD, no território e no Estado, no papel da ciência, dos laboratórios de pesquisa, assim como na estratégia ideológica, por exemplo, da qualificação, da ação das Organizações Não Governamentais - ONGs. Termos como serviços flexíveis, gestão de oportunidades, agricultura de precisão, redes corporativas, gestão de Recursos Humanos - RH, empreendedorismo – e outros – rodeiam teorias como do espaço reticular, espaço de fluxos, sociedade dromológica. Tornam-se desafios para o pensamento crítico – e propositivo.

Resulta disso o desemprego tecnológico, a disputa global do emprego, a fragmentação, o crescimento do trabalho informal, a acumulação de jornada. Disso resulta o processo migratório em vários sentidos, direções e causas; a manutenção da divisão internacional e social do trabalho reescalando a morfologia dos conflitos. E também impondo medos, insegurança, ansiedade, depressão, tensões no seio familiar, ações políticas, formas de organização.

Em síntese, a nova morfologia do trabalho ao reescalar os conflitos atinge a todos os setores e segmentos sociais, especialmente os trabalhadores. O segmento das Pessoas Com Deficiência participa desse conflito operado da seguinte maneira: a sua liberdade parece

indicar a necessidade de participar ativamente do mundo do trabalho como conquista e direito, contudo as crises econômicas, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho são características e conteúdos dos espaços contemporâneos.

O TRABALHO COMO DIREITO HUMANO E A SAÚDE

O modelo de saúde brasileiro atual advém de uma conjuntura política internacional cuja influência é o capitalismo globalitário. Neste modelo vigora o embate ideológico entre o sujeito de direitos, símbolo do Estado liberal-burguês da modernidade, e o sujeito da práxis, expressão da resistência a esse tipo de sociedade.

É nesta perspectiva que refletimos a composição dialética desses dois sujeitos: o sujeito de direitos e sujeito da práxis. Parte-se da seguinte ideia: as contradições da vida real e das relações sociais nos leva a compreender que o sujeito de direitos inclui o sujeito da práxis, em sua representação simbólica de titularidade de direitos e deveres, e, do mesmo modo, o sujeito da práxis exige uma condição existencial de sujeito de direitos para adequar a vida real à sua titularidade de direitos.

Um exemplo aproximado da dialética entre os dois sujeitos - de direitos e da práxis - é encontrado no Direito do Trabalho. No trabalho, o sujeito de direitos, vulnerável ao controle arbitrário da lei sobre suas atividades, supera a lei, enfrenta-a, transforma-a, adequa-a para que possa dar conta de suas necessidades.

O trabalhador, por meio da atividade produtiva e de sua prática social, modulado pela estrutura do modo de produção vigente – o capitalismo globalitário -, se vê compelido, inicialmente, recorrer aos direitos que, mesmo sendo escritos numa ordem liberal, não são atendidos. Como sujeito de direito tenta encontrar possibilidades de garantia da sobrevivência. Contudo, as negações recorrentes o conduzem ao pleito da organização política, o domínio da práxis.

Em síntese, a constituição do sujeito tende a preservar os direitos acima de uma visão liberal posta na ordem jurídica, mas a integridade humana do trabalhador que tem na saúde a condição para relacionar, amar, trabalhar, conviver. Para isso é necessário ser sujeito da práxis.

Neste pleito não é necessário abandonar o conceito de sujeito de direitos, mas ampliá-lo por se tratar de expressão de conquista de uma cidadania da condição humana na sociedade

civil. Convém, contudo, superar o entendimento do direito por meio de uma visão de um sujeito obediente e tutelado pelo Estado.

Construir sujeitos sanitários é viabilizar sujeitos de direitos para o livre exercício de uma práxis. Aqui a noção de sujeito supera o campo da saúde, embora o coloque como central. É, também, estabelecer espaços de participação da comunidade para além dos conselhos de saúde, que sejam capazes de produzir novos conhecimentos das relações direito-saúde criando novos caminhos de participação, da cooperação, da solidariedade e da luta.

AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO

As lutas, reivindicações e a garantia de direitos e acesso da Pessoa Com Deficiência, além de dependerem de organização, potencialização de forças, formação da consciência, entram numa batalha de representação e também de crivos jurídicos e legais. Ao estabelecerem o termo Pessoa Com Deficiência e ultrapassar as conotações de “Pessoas Com Necessidades Especiais”, por exemplo, os diferentes grupos desse segmento demandam por uma representação em duas direções: são pessoas, por isso possuem um fito universal no campo da cultura, dos direitos e da dignidade da vida. São pessoas com “deficiência” que, em função desse predicativo, tornam-se sujeitos de direito em grau específico.

Ora, se são as lutas que definem as identidades e as identificações, é no plano do direito que as representações ganham legitimidades. O Brasil, a partir de 2008, ratificou a convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Pessoa Com Deficiência. Uma das mudanças centrais dessa convecção foi a suplantação da concepção biomédica da deficiência para uma concepção ligada à participação social, à inserção e ao acesso. Ao proceder assim, a lei 13.146, de 06/07/2015, recoloca o conceito de deficiência, vendo-a não apenas no crivo da doença, mas da integração sujeito-mundo.

Ao conceituar a Deficiência no plano da inserção e da participação, problemas como preconceito, discriminação, tratamento desigual nas entidades públicas são contestados pelos novos dispositivos normativos. Ao mesmo tempo que abrem-se para que componentes, como a sexualidade, o trabalho, o deslocamento, o direito de constituir famílias sejam garantidos.

Com base nesta concepção e ultrapassando as rubricas jurídicas é que se desenvolveu a interpretação da relação das Pessoas Com Deficiência e o trabalho por meio de entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com este campo de atuação. Alguns desses

profissionais atuam há mais de 20 anos diretamente com instituições com objetivo de gerar inclusão, participação e uma sociabilidade respeitosa à Pessoa Com Deficiência e à sociedade em geral. Foram feitas entrevistas semiabertas com parentes e pessoas que tiveram relação existencial direta com Pessoas Com Deficiência.

Ao perguntar a profissionais sobre a importância do trabalho na recuperação e na motivação da Pessoa Com Deficiência para uma vida digna, ouviu-se:

O papel do “Trabalho” na inserção ativa das Pessoas com Deficiência na sociedade tem fundamental importância nessa caminhada. Porém, é necessário muito mais do que leis que garantam esse direito. É necessário a ação conjunta de todas as pessoas envolvidas, vontade de mudança, fiscalização, aceitação, enfim atitudes que possam trazer para o dia a dia dos deficientes transformações concretas. Acredito que o “Trabalho” para o deficiente aconteceria como um “divisor de águas” entre o improdutivo e o sentir-se útil. Entre a ociosidade e a ocupação. Lembrando ainda que existem inúmeros talentos escondidos por trás de uma limitação.

A visão da profissional esmera-se em apontar três dimensões do trabalho: não basta as leis, é necessário uma luta da sociedade inteira; o trabalho como constituição de sentido; o trabalho como realização espiritual, de criatividade – e também de talentos.

Outro profissional alavanca o papel do trabalho e sua relação com outros setores como a educação e a saúde.

Trata-se de um trabalho gradativo e amplo, pois essa inserção dispõe-se de todos aqueles que desempenham o papel de indivíduo ativo, onde o profissional é provedor de ações voltadas diariamente não apenas na área da saúde ou educacional, como em todo o meio social e assim acaba desenvolvendo atividades e contratações valorizadas perante a empresa.

As duas ideias: o trabalho como componente educativo e como elemento enlaçado à saúde transcorre de duas maneiras. Primeiramente, a Pessoa Com Deficiência para exercer o trabalho precisa se educar e ter saúde suficiente, posteriormente, no trabalho aprende-se e desenvolve faculdades do organismo como a motricidade. Mas é mais:

Quando a minha irmã começou a estudar, ela esperava ansiosamente todos os dias para ir à escola. Todos ficamos com medo dela sofrer muito preconceito, às vezes até sofria, mas lá era um lugar para ela se sentir mais útil. Agora não tem escola para ela mais, o que ela vai fazer? Ninguém suporta ficar parado, imprestável.

Ao avaliar o trabalho e a construção da estima, a profissional diz:

Com certeza, a limitação ao trabalho conduz não só a pessoa com deficiência, mas qualquer ser humano, dito “normal” e dotado de dons, a um estágio de baixo-estima. Acredito que a desocupação leva qualquer um a sintomas que provocarão doenças não só emocionais mas também físicas.

A relação entre trabalho e subjetividade, como está dito, não diz respeito apenas à Pessoa Com Deficiência, mas a todos. A reflexão sobre a consideração do que pode ser alcunhado de “normal” em contraposição ao “patológico”, tem ocupado o centro de uma reflexão profunda em campos do saber como a Saúde do Trabalhador, a filosofia, a psicanálise e a psiquiatria.

Desde os trabalhos como o de Canguilhem (2009), incluindo os de Rolnik (1996) que há um dispositivo argumentativo para compreender que doença não ausência de saúde e que saúde não é ausência de doença. Em se tratando do processo de trabalho, o adoecimento diz respeito à dinâmica geral do trabalho que, num só termo, acossa o corpo do trabalhador, gera empobrecimento na subjetividade, cria problemas na ordem fisiológica e biológica, e subtrai o sujeito do prazer de trabalhar, produzir, relacionar. O efeito desse adoecimento integral e dessa interpretação totalizante da doença-saúde é a profunda alienação do trabalhador.

Daí se refirma: criar é curar. Outra profissional afirma: “o trabalho pode gerar interesse em viver”. Mas não quer dizer que não haja problemas na relação de trabalho da Pessoa Com Deficiência. Às vezes, esses problemas são específicos:

A pessoa com deficiência deve ser inicialmente sensibilizada a descobrir o seu talento, posteriormente deve ser avaliada sua condição física, financeira, clínica, dentre outros. Após uma avaliação criteriosa ajudá-la, encaminhá-la, acompanhá-la, se necessário for, até o momento do envolvimento com o “Trabalho” escolhido. Alguns deficientes precisam de acompanhamento constante, pois, as barreiras são inúmeras nessa Caminhada.

Não há trabalho sem barreiras. A Pessoa Com Deficiência tem, como em outros segmentos, suas barreiras, às vezes mais finas e sensíveis: *“depende muito do grau de sua problemática apresentada e do déficit cognitivo comprometido. Quando é apresentado algo interessante penso que eles se empenham e dedicam com mais firmeza e satisfação ao ser prestativo.”*

O empregador, ou o serviço público, a iniciativa privada, ao lidar com o trabalho da Pessoa Com Deficiência não pode se circunscrever ao mundo produtivo e sob a perspectiva apenas do lucro:

É claro que algumas empresas, em respeito às Leis criam algumas condições para facilitar a empregabilidade do deficiente. Porém o que tenho acompanhado são as dificuldades colocadas a essas pessoas como: falta de acessibilidade tanto no ambiente interno quanto externo, a falta de paciência de alguns líderes e mesmo de colegas em relação ao desempenho desse profissional. A falta de mecanismos, de instrumentos que possam facilitar a execução de tarefas, pra nós até simples. E muitas outras.

Há, então, como se vê na palavra da profissional, um redimensionamento do conflito: a ordem do trabalho produtivo, baseado no critério da eficiência e dos números, contrasta

com o trabalho ligado à saúde, ao prazer e à criação. Esse contraste é visível quando direcionado à Pessoa Com Deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho enquanto condição humanizadora do ser humano, e com o qual se estabelece a relação sociometabólica entre sociedade e natureza, encontra-se multifacetado na atualidade, golpeado que é pelas transformações globais do capitalismo. A nova morfologia do trabalho impõe conflitos e desafios ao ser que trabalha. Com efeito, a classe trabalhadora - suas lutas, reivindicações e dramas - também presencia rápidas mudanças diante das renovadas estratégias de controle e precarização do trabalho.

Diante disso, a forma como a Pessoa Com Deficiência participa desses processos precisa ser equacionada, de maneira que o trabalho dignifique sua existência, dando-lhe sentido útil e garantindo a sua inserção ativa na sociedade. O trabalho torna-se fonte de conquista de si mesmo.

Nesta pesquisa, as entrevistas demonstraram que o trabalho desempenha papel central entre os mecanismos de participação das Pessoas Com Deficiência na sociedade. No entanto, os desafios estão postos, seja no âmbito jurídico (criação de leis que fortaleçam esse direito), acessibilidade (em ambientes internos e externos), quanto a oportunidades de trabalho, formação e cultura. Envolve também o desejo coletivo por mudanças e inclusão, fazendo do cotidiano das Pessoas Com Deficiência um rico espaço de lutas por transformações concretas. Fazer do trabalho um potencial para o exercício da criatividade, descoberta de talentos e habilidades, ajudando a estabelecer uma consciência universal da existência, é um dos principais desafios de todos os seres humanos do espaço contemporâneo.

Como foi visto nas falas dos profissionais entrevistados, embora haja a consciência da importância do trabalho como conquista participativa da Pessoa Com Deficiência, o aspecto normativo não basta. Descobriu-se, também: o trabalho possui um sentido ontológico para a Pessoa Com Deficiência, pois ajuda a recriar o senso de utilidade e a recompor a sua estima. Ao colocar-se, assim, torna-se fonte educativa.

Contudo, convém enxergar as especificidades desse trabalhador. Como foi dito, o ritmo, as faculdades orgânicas, a destreza, a percepção, a produtividade e outros elementos variam de pessoa para pessoa conforme as suas condições. Em função disso, a concepção economicista e produtivista do trabalho não se ajusta ao sentido libertador exigido pela Pessoa Com Deficiência.

As entrevistas e as reflexões teóricas dão conta que, além de o sujeito com deficiência lutar para garantir os seus direitos no âmbito civil, a sua saúde integral depende de uma práxis solidária entre os pares e com todos os demais trabalhadores. Trata-se, pois, de investir forças e potências políticas e agregadoras para enfrentar não apenas a barreira de sua lesão, mas do processo universal de alienação de todos os trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

AUGUSTO JUNIOR, Reestruturação produtiva: uma breve reflexão. In: CEPIS. *Desafios do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Maxprint, 2009, p. 67-82.

BAUMGARTEN, Maíra. **Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento**. In: *Liic Revista*, v. 3, n. 1, março 2007, Rio de Janeiro, p. 16-32.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora universitária forense, 2009.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.11-28.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 95-128.

LESSA, Sérgio. *Para Aprender a ontologia de Lukács*. 3º ed. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura do capital e do trabalho no capital do Sudoeste goiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia- UNESP - Presidente Prudente – SP, 2004

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. **Revista Pegada** (3), Presidente Prudente (SP): 2002.

_____. A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

ROLNIK, Suely. **Toxicômonos de identidades – subjetividade em tempo de Globalização**, Folha de São Paulo, caderno Mais . 19.05.1996.

TAKEUTI, Norma. **Subjetividades e Vínculos Sociais**: Café Filosófico. Org. Matias de Souza, Ilza. (págs 262 a 273). Natal-RN, 2004.

VASCONCELLOS, L.C.F.; OLIVEIRA, M.H.B. Direitos Humanos e Saúde no Trabalho. In Ministério da Saúde. **Saúde e Direitos Humanos**. Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, ano 4, nº 4, 2008, p. 113-134.

Recebido em: 10 de agosto de 2016

Aceito em: 06 de dezembro de 2016